

ANEXOS



Debate Nacional sobre
Educação

ANEXO 1



Debate Nacional sobre
Educação

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 4/2006

Comemoração dos 20 anos da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, o seguinte:

1 — Promover, conjuntamente com o Governo, um debate nacional sobre a educação que, simultaneamente, proceda à avaliação das duas últimas décadas e à identificação das linhas estratégicas para os próximos 10 anos.

2 — Mandatar o Conselho Nacional de Educação para a organização do referido debate nacional, devendo o Conselho, no prazo de 20 dias, apresentar uma proposta que contenha, nomeadamente:

- a) Estrutura organizativa;
- b) Áreas temáticas em torno das quais o debate se organizará;
- c) Calendário de debates e eventos associados à iniciativa;
- d) Estudos e relatórios que deverão ser produzidos;
- e) Orçamento e financiamento.

3 — Considerar competente a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura para o acompanhamento e para a tomada de decisões complementares necessárias à concretização do debate nacional.

Aprovada em 19 de Janeiro de 2006.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.



Debate Nacional sobre
Educação

ANEXO 2



Debate Nacional sobre
Educação

Composição da Comissão Organizadora do DNE

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Júlio Pedrosa

Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

Manuel Miguéns

Coordenador da Comissão Organizadora

Joaquim Azevedo

Conselheiros

António Dias de Figueiredo

Bártolo Paiva Campos

Davide Dias

Domingos Viegas

Ivo Costa Santos

Jorge Carvalhal

Maria da Conceição Dinis

Maria Emília Brederode Santos

Maria Odete Valente

Paula Santos

Rosalia Vargas

Assessoria do CNE

Carmo Gregório

Ercília Faria

Filomena Matos

Luísa Nunes

Teresa Gaspar



Debate Nacional sobre
Educação

ANEXO 3



Debate Nacional sobre
Educação

Documento de Referência do DNE

Como vamos melhorar a educação nos próximos anos?

A Assembleia da República decidiu promover, conjuntamente com o Governo, um Debate Nacional sobre Educação, por ocasião dos vinte anos da publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986-2006). O Conselho Nacional de Educação foi mandatado para organizar este Debate.

Estes vinte anos corresponderam a tempos de grandes mudanças sociais e políticas, com fortes repercussões no campo da educação e, mais particularmente, na educação escolar. Pela primeira vez na nossa história alcançamos o objectivo da universalização de uma educação básica de nove anos, uma meta a que tantos portugueses deram o seu melhor, ao longo de tantas décadas. Expandiu-se a frequência da educação pré-escolar e dos ensinamentos secundário e superior, o que permitiu dar importantes saltos qualitativos intergeracionais, tal era o atraso educacional de que se partira, no pós-25 de Abril. Construiu-se um parque escolar mais moderno e o investimento público em educação aumentou de modo muito significativo. A diversidade cultural invadiu as escolas e a democracia consolidou-se, tornando-se a educação hoje um sólido suporte cultural do Portugal contemporâneo.

Muitas instituições sociais dão hoje prioridade à formação das pessoas que as integram e novos públicos acedem a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Melhoraram, ao longo destes anos, as qualificações dos portugueses, sobretudo dos mais jovens, o que nos permite encarar o futuro com renovada esperança.

Mas, volvidos estes anos e como todos sabemos, subsistem problemas e impasses que requerem um redobrado empenhamento de todos e uma nova ambição. Mais, a sua superação exige esforços de tal monta que só a mobilização das energias dos cidadãos e das instituições poderá vir a resolver. Falamos do insucesso e do abandono escolar, prematuro e desqualificado, do baixo nível geral de qualificações da mão-de-obra e da deficiente preparação técnica de muitos jovens que entram no mercado de trabalho, da persistência de enormes

desigualdades sociais e geográficas, do ainda muito insuficiente investimento em ciência, investigação e desenvolvimento, dos precários resultados alcançados por várias reformas introduzidas sequencialmente, sem cuidadas avaliações.

Entretanto, os nossos parceiros europeus desenvolveram os seus sistemas educativos e alcançam hoje patamares médios de qualidade acima dos que nós já conseguimos obter. Uma economia europeia cada vez mais baseada no conhecimento, as metas com que nos comprometemos no Programa “Educação e Formação 2010”, a par da opção pela imediata implementação do “Processo de Bolonha”, obrigam-nos a um redobrado e urgente esforço de clarificação, de redefinição de prioridades e de mobilização de todos os actores sociais. A crescente competitividade mundial, a persistente debilidade da nossa economia, a necessidade de promover uma maior coesão social e de aprofundar a democracia, só reforçam o carácter inadiável desta orientação política e estratégica.

A educação escolar, em complemento da acção da família, constitui hoje um esteio nevrálgico para a promoção do desenvolvimento humano e para a formação de cidadãos mais autónomos, livres, empreendedores e solidários, uma decisiva alavanca para que cada ser humano tome conta do seu destino, em paz com os seus concidadãos (como indica o Relatório da UNESCO sobre a Educação para o Séc. XXI).

Corremos, entretanto, o risco de ver crescer, em Portugal, um fosso entre as instituições de ensino e a sociedade, quer fruto das dificuldades das escolas em cumprirem uma parte das suas promessas, quer pelo excesso de mandatos que sobre elas recaem, muitos deles equívocos, quer como resultado de um fechamento das instituições de ensino sobre si mesmas, quer ainda porque os actores sociais se afastam das escolas, conformados com as dificuldades e com os resultados até hoje obtidos.

Temos de combater um olhar permanentemente situado no lado das dificuldades e dos problemas. Também não podemos aceitar a perspectiva de que os actores sociais do nosso país se conformam com a ideia de que o futuro da educação e do ensino dos portugueses será construído meramente com base em interesses corporativos. Temos de ambicionar mais e melhor e está ao nosso alcance mobilizarmo-nos de modo adequado.

É neste contexto tão revoltoso e exigente que surge o Debate Nacional sobre a Educação. Um debate que não pode ser mais um momento de discussão entre uns quantos especialistas. *Este Debate tem um foco muito claro: como vamos melhorar a educação nos próximos anos, tendo em vista construir um Portugal mais moderno e mais justo?* Temos, por isso, não só que identificar as questões críticas e propor as linhas de orientação, como também definir metas, objectivos, recursos e compromissos para melhorar a educação.

Pretende-se assim que o debate seja focado, o que quer dizer que nem todas as questões receberão o mesmo destaque, embora tudo possa ser discutido. Elegemos cinco áreas temáticas: (i) educação e cidadania; (ii) qualidade e equidade em educação; (iii) escolas, professores e outros profissionais; (iv) aprendizagem ao longo da vida e desafios do emprego; (v) ciência, investigação e desenvolvimento educativo. Para cada uma destas áreas foram elaboradas quatro *perguntas para o debate*. A estas acresce uma área aberta, susceptível de acolher outros contributos e de concretizar as sugestões (que metas e que medidas para melhorar a educação nos próximos anos).

O Conselho Nacional de Educação pretende que o debate seja aberto e plural, que envolva todas as pessoas e que ocorra nas mais diversas instituições sociais que vivificam o tecido social do nosso país, o que representa um grande desafio para todas elas, sobretudo para aquelas que até hoje possam ter estado dormentes para o estabelecimento de compromissos com uma significativa melhoria da educação. A participação de todos os actores sociais é decisiva, pois só eles, associados às escolas, poderão protagonizar as melhorias necessárias. Há hoje fortes evidências de que os contextos sociais culturalmente ricos e com forte participação cidadã propiciam escolas com melhores resultados.

O Conselho Nacional de Educação apela ao envolvimento e à livre promoção do Debate em todo o país, do modo mais descentralizado possível. O Conselho promoverá audições públicas e todos os seus Conselheiros se irão empenhar neste Debate, junto dos sectores da sociedade portuguesa que representam. Mas é preciso irmos mais longe: todos os cidadãos (pais e professores, jovens, profissionais activos e idosos) e todas as instituições sociais locais (como, por exemplo, autarquias, movimentos cívicos, associações culturais, empresariais

e sindicais, museus e bibliotecas, Igrejas e jornais e rádios locais, centros de investigação e fundações) são chamadas a participar activamente e a fazer-nos chegar os seus contributos.

Os promotores do Debate Nacional sobre a Educação, a Assembleia da República e o Governo saberão, no termo do Debate, atender às suas conclusões e construir as necessárias e oportunas medidas políticas, tanto no plano legislativo como no plano executivo.

O Debate abre no dia 22 de Maio e termina a 30 de Novembro de 2006. Será um Debate transparente, havendo o cuidado em organizar e dar a conhecer, através do sítio do Debate (www.debatereducação.pt), todos os contributos dos portugueses e todos os documentos de apoio ao Debate, particularmente as sínteses e os estudos entretanto realizados. No termo desta dinâmica social, estará também disponível na Internet, o Relatório Final do Debate.

Como vamos melhorar a educação nos próximos anos? Responda, participe e envie-nos as suas sugestões. Uma educação melhor não será certamente uma operação de magia, é irrecusavelmente uma obra das nossas mãos, de todos os portugueses, de todas as instituições de ensino e de todos os actores sociais.

Linhas orientadoras do Debate

O Debate Nacional sobre Educação rege-se por um conjunto claro e coeso de linhas orientadoras que decorrem do quadro de autonomia e independência que caracteriza o Conselho Nacional de Educação, enquanto órgão com funções consultivas, que deve proporcionar a participação das várias forças sociais, culturais e económicas na procura de consensos alargados relativamente à política educativa.

O Conselho Nacional de Educação organiza o Debate Nacional em obediência a princípios de democraticidade, transparência, abertura ao exterior, pluralidade de opiniões, participação e responsabilidade dos cidadãos e da sociedade em geral, com vista à identificação de medidas conducentes à melhoria da Educação. Os referidos princípios podem enunciar-se em torno de cinco palavras-chave:

Transparência – todos os debates, todos os contributos, todas as propostas são dadas a conhecer a todos, de forma transparente no sítio do Debate na Internet e nas publicações a editar.

Autonomia – O CNE acolhe uma representação muito vasta dos vários sectores e interesses da educação e organiza o Debate Nacional num quadro de autonomia e de acordo com o mandato que lhe foi outorgado pela Assembleia da República.

Participação – o Debate Nacional procura envolver a sociedade em geral e cada cidadão em particular. É a participação de todos, do cidadão anónimo ao mais renomado especialista, que garante a abertura e a pluralidade de opiniões que este Debate pretende assegurar e que abre portas a uma maior assunção de responsabilidades.

Nacional – tal como a sua própria designação indica, o Debate pretende-se geográfica e sociologicamente abrangente, convocando a generalidade dos Portugueses a expressar as suas opiniões e a dar os seus contributos, sem discriminações de lugar ou de condição.

Melhoria – o foco principal do Debate Nacional é a melhoria da Educação, não é o seu passado, mas sim o seu futuro. São a esperança de construir o futuro e a possibilidade de actuar no presente que conduzem a reflexão e o debate.

O que queremos

O Debate Nacional sobre Educação deverá ter em conta os caminhos e os desenvolvimentos verificados na Educação nas últimas décadas, mas abre-se sobretudo ao futuro e elege como finalidade maior a melhoria da Educação em Portugal.

São objectivos do Debate Nacional:

1. Dinamizar o debate sobre a educação no seio da sociedade, fomentando a discussão dos problemas e dos modos de os resolver, mobilizando parceiros e actores capazes de protagonizar as melhorias necessárias.
2. Identificar questões críticas na organização do sistema educativo e no funcionamento das escolas.

3. Identificar linhas de orientação, objectivos, metas e recursos para melhorar a educação, no horizonte dos próximos anos.
4. Fundamentar a opção e a necessidade de um investimento social contínuo na educação.
5. Envolver e comprometer os actores sociais na melhoria da qualidade da educação.

Áreas Temáticas do Debate

O Debate Nacional sobre Educação procura centrar a reflexão em torno de um conjunto de áreas temáticas que podem dividir-se, por sua vez, em diferentes temas como os que abaixo se apresentam, a título exemplificativo. No entanto, esta estruturação não impede a introdução de outros temas considerados relevantes e deverá orientar a reflexão e as análises na procura de sugestões e medidas com vista à melhoria da educação.

A cada uma das áreas temáticas associam-se questões nevrálgicas que se propõem para análise pelos intervenientes no Debate, tendo em vista focar o debate no essencial: como melhorar a Educação nos próximos anos.

1. Educação e Cidadania

Educação, condição de cidadania e aprendizagem da cidadania. Papel do Estado na educação e liberdade de aprender e de ensinar. Sistema de escolhas e participação das famílias. Mobilização de toda a sociedade para a causa da educação. Necessidades educativas na sociedade multicultural e do conhecimento. Os novos públicos e as novas oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

2. Qualidade e Equidade em Educação

Igualdade de oportunidades, desenvolvimento infantil e educação pré-escolar. Abandono escolar e insucesso educativo. Heterogeneidade, minorias e inclusão. Garantia de qualidade e cultura de avaliação. Recolha e difusão das melhores práticas. Qualidade e equidade do ensino básico ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida.

Questões curriculares – saberes cruciais, comuns para todos os cidadãos; valores; conteúdos e materiais curriculares; diversificação e diferenciação; necessidades educativas especiais; avaliação das aprendizagens e papel dos padrões de referência, nacionais e internacionais.

3. Escolas, Professores e outros profissionais

Autonomia, governo das escolas e prestação de contas. Administração do sistema e articulação vertical entre níveis e ciclos. Avaliação do desempenho das escolas. Grupos de interessados, parcerias e envolvimento dos pais. Participação dos jovens. Inovação e prospectiva.

Estatuto dos professores e profissionalidade docente. Formação inicial e contínua de professores. Avaliação de desempenho. Participação na reflexão e investigação em matéria educativa e desenvolvimento curricular.

Estatuto e papel de outros profissionais na escola (apoio sócio-educativo, apoio técnico ao ensino experimental, educação especial, orientação educativa e vocacional, animação desportiva e sócio-cultural, entre outros).

4. Aprendizagem ao Longo da Vida e os Desafios do Emprego

Organização da educação escolar. Diversidade de formações de nível secundário e pós-secundário e superior. Qualificação profissional. Educação de adultos. Orientação escolar e profissional. Transições e interfaces escola/empresas ou aprendizagem/trabalho. Contextos educativos não formais e participação de outros actores educativos. Reconhecimento e certificação de competências.

5. Ciência, Investigação e Desenvolvimento Educativo

Diversificação e internacionalização do ensino superior. Processo de Bolonha, contextos e modelos de ensino e de aprendizagem e novos públicos. Autonomia e governo das instituições. Desenvolvimento da ciência, da investigação científica e da educação. Educação científica e promoção da cultura científica e tecnológica.

Desenvolvimento futuro do sistema educativo português. Missões, públicos, intervenientes, recursos. Novas condições de governabilidade.

Parcerias público-privado. Reestruturação da administração educacional. Mobilização de todos os portugueses para uma melhor educação.

6. Área transversal: metas e medidas prioritárias

Além das cinco áreas referidas é criada uma área mais genérica, com um duplo objectivo: acolher todas as opiniões que por uma ou outra razão não se enquadrem nas cinco áreas temáticas e recolher sugestões muito directas e práticas acerca das metas e das medidas que devem ser prioritariamente tomadas para melhorar a educação em Portugal nos próximos anos.

Estrutura Organizativa

A estrutura organizativa do Debate Nacional tem como órgão responsável o Conselho Nacional de Educação.

1. Conselho Nacional de Educação – CNE

O CNE é o organizador do Debate, por mandato da Assembleia da República, e será uma sede privilegiada para a reflexão e análise, para a realização de audições, seminários e colóquios de cariz nacional e para a apreciação dos principais documentos relativos ao Debate Nacional, nomeadamente, os relatórios temáticos e o relatório final. A Comissão Organizadora do Debate, enquanto Comissão Especializada Eventual do CNE, manterá informado o Plenário do Conselho sobre os desenvolvimentos do Debate e procurará o envolvimento dos Conselheiros nas iniciativas a realizar nas diferentes fases do mesmo.

2. Comissão Organizadora do Debate

A Comissão Organizadora do Debate integra os membros da Comissão Coordenadora do Conselho mais sete Conselheiros, por eles cooptados, e constitui-se como uma Comissão Especializada Eventual do CNE, tal como previsto na Lei Orgânica e no Regimento do Conselho.

A Comissão Organizadora do Debate tem a seguinte composição:

- Júlio Pedrosa de Jesus – Presidente do Conselho Nacional de Educação
- Joaquim Azevedo – Coordenador da Comissão Organizadora do Debate

- Manuel Isabelinho Miguéns – Secretário-Geral
- António Dias Figueiredo
- Bártolo Paiva Campos
- Davide Castro Dias
- Domingos Xavier Viegas
- Ivo da Costa Santos
- Jacinto Jorge Carvalhal
- Maria da Conceição Dinis
- Maria Emília Brederode Santos
- Maria Odete Valente
- Paula Cristina Santos
- Rosália Vargas

Esta Comissão é coordenada pelo Conselheiro Joaquim Azevedo a quem competirá, para além da coordenação do Debate, articular e desenvolver a sua acção em estreita colaboração com o Presidente e com o Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação.

A Comissão Organizadora elabora o Documento de Referência do Debate e o respectivo plano de acção e assegura a indicação dos temas e questões a introduzir nos diversos debates e dos autores e especialistas ou individualidades convidados a enquadrar as diferentes temáticas nos debates.

Os membros da Comissão Organizadora do Debate Nacional sobre Educação distribuem-se por grupos de trabalho e asseguram a coordenação das áreas temáticas previstas, de modo a promover o Debate em cada área e a garantir o fluxo de contributos e reacções sobre os diferentes temas.



Debate Nacional sobre
Educação

ANEXO 4



Debate Nacional sobre
Educação

Textos de lançamento das áreas temáticas

Área Temática 1

Educação e Cidadania

A primeira área temática incide sobre uma dupla questão: qual o papel da educação no exercício pleno de uma cidadania livre e responsável e como é que os cidadãos e as instituições sociais podem participar mais activamente na construção de mais e melhor educação para todos os portugueses. No mundo de hoje, tão marcado pela globalização e por fenómenos sociais de desvinculação e de desregulação, o exercício da cidadania está envolto numa enorme complexidade social. Cada cidadão, como que perdido à escala global, mais desamparado por um Estado cada vez menos “providencial”, é desafiado a exercer a cidadania num tempo novo e muito incerto.

De facto, se há cada vez mais decisões que se tomam fora do quadro nacional e se os poderes económico, financeiro, de produção da informação e da comunicação se situam agora bem longe dos tradicionais quadros do Estado-nação, é também verdade que ainda é no quadro nacional que são consignados e desenvolvidos os principais direitos e liberdades. Muitos cidadãos interrogam-se: ainda valerá a pena o exercício de uma cidadania responsável no quadro do pequeno lugar onde cada um habita, situado num país periférico?

Por outro lado, a crise do tradicional sistema de representação política e a desconfiança crescente nas instituições e até nos sistemas sociais de justiça, saúde, segurança social e educação, geram também atitudes e comportamentos de desinteresse pela participação cívica, de baixar os braços e deixar andar, de ensimesmamento das pessoas e dos pequenos grupos a que pertencem, fechando as sociedades em torno de particularismos e de corporativismos. Que consequências podem advir para as sociedades humanas deste fechar das pessoas e dos grupos sobre si mesmos?

Ao mesmo tempo, crescem as desigualdades sociais, os ricos e os pobres afastam-se cada vez mais, aumenta o número de pobres e desamparados, os condomínios privados alternam com os bairros sociais, os guetos multiplicam-se, a

sociedade que é mais multicultural fragmenta-se e os cidadãos isolam-se, fecham-se sobre si e sobre o seu pequeno grupo, geralmente sobre a sua família nuclear ou o seu grupo étnico. Esta sociedade tão partida em pedaços será ainda uma sociedade humana capaz da relação, da solidariedade, da generosidade, pilares do exercício da cidadania?

Nestes tempos de transição cultural e de incerteza, nunca a política foi tão importante para as pessoas e as sociedades e, ao mesmo tempo, nunca foi alvo de tanta desconfiança. Ora, a participação na polis, na vida da cidade, não só nas suas festas e comemorações, mas também na análise dos seus problemas e no dar-se as mãos para os resolver, é um direito e um dever de cada cidadão, direito e dever que não se podem alienar ou transferir para outrem, mas direito e dever que muitos cidadãos na realidade não exercem.

Outros há que, mesmo num ambiente de contrariedade e em situações de muita complexidade social, se encontram uns com os outros, rompem as fronteiras entre grupos fechados, estudam os problemas, ajudam, participam e fazem outros participar na vida das comunidades locais, projectam as suas terras e as suas gentes neste mundo globalizado, não desistem, são excelentes no que fazem, são perseverantes na dádiva e na generosidade, persistem no desenvolvimento dos projectos sócio-educativos comunitários e implicam os poderes instituídos na sua consecução.

Hoje os apelos para o exercício da cidadania crescem na proporção das exigências do desenvolvimento, da complexificação e da necessidade de cooperação nas sociedades. Entre a participação nos grandes actos cívicos do país e a participação nos problemas e nas decisões de um condomínio, estamos diante de um amplo leque de atitudes cidadãs que importa valorizar em todas as suas dimensões. Até onde nos queremos comprometer na participação sócio-educativa?

As famílias, importa sempre repisá-lo, são as primeiras e mais valiosas “casas de cidadania e de educação”. Nelas os cidadãos aprendem os valores, as atitudes e os comportamentos fundamentais para uma cidadania íntegra e responsável. Famílias há, também o sabemos, que não reúnem condições para esta educação e que contribuem até para a não qualificação e para a

desintegração social dos seus membros. Atenção especial se requer por parte das comunidades locais no sentido de apoiar estas famílias e ajudar os seus filhos a crescerem de modo mais saudável. Como poderão as escolas, as instituições sociais locais e os cidadãos dar as mãos para apoiar estas famílias, exactamente aquelas que mais facilmente rejeitam a escola?

A educação escolar, todos o reconhecem, representa hoje um eixo central no exercício de uma cidadania livre, activa e responsável. À escola acedem hoje todas as crianças e adolescentes e cada vez um maior número permanece longos anos em formação escolar. A escola, pode dizer-se, é um alfobre de cidadania. Ela transmite a herança cultural, ela educa em valores e para valores, ela acolhe todos os cidadãos, sem qualquer distinção, ela faz adquirir instrumentos de análise crítica do mundo e da vida, ela pratica diariamente o exercício da cidadania. A sociedade portuguesa muito deve às suas escolas! E se tanto lhes deve, não lhes deveria dar mais em troca? Porque deixamos tantas vezes as escolas tão sós, diante de tão complexos problemas sociais?

A autonomia individual educa-se na família e na escola, o gosto pelo país e a identidade nacional aprendem-se na família e na escola, a capacidade de enfrentar os problemas e para nos organizarmos para os resolver localmente, também se aprende na família e na escola. A cooperação entre estas instituições e os seus actores é, pois, decisiva. Como poderemos melhorar esta cooperação e desfazer o clima de desconfiança que persiste em muitas localidades?

A cidadania na educação é trave mestra de todo o processo educativo; a possibilidade de afirmação plena da pessoa humana tem hoje, na escola, um suporte nuclear. Por um lado, porque a escola integra e socializa, nunca no sentido da acomodação ou da submissão, mas sempre na promoção da autenticidade de cada um. Por outro, porque a escola deve estimular a autonomia e a capacidade da livre iniciativa, porque ela faz desabrochar e fortalecer as identidades pessoais, criando as condições adequadas para que cada cidadão, como ser único e irrepetível, seja, na sua comunidade, actor e autor de um futuro melhor. E isto é particularmente importante num momento em que é preciso que cada um lute pelo seu bem-estar e pelo indissociável bem-estar da sua comunidade, sem estar à espera da protecção do Estado ou

de qualquer paternalismo. Neste campo da educação como fonte de cidadania, deveria merecer especial atenção a capacidade das escolas, em cooperação com outras entidades, para acolher e educar os imigrantes que chegam continuamente ao nosso país, enriquecendo culturalmente a nossa sociedade.

Também é verdade que há escolas que se fecham e que muitas iniciativas de educação e de formação nunca chegam às pessoas mais desprotegidas, com uma débil escolaridade, que abandonaram prematuramente a escolaridade, que não sabem aceder e usar as novas tecnologias da informação e da comunicação. O acesso ao conhecimento e o domínio das competências básicas são hoje imprescindíveis para uma cidadania activa e para o reforço da empregabilidade. A cidadania também se aprende e hoje todos os cidadãos precisam de aprender não só ao longo de toda a sua vida, mas na sua vida, com a sua vida. O que se faz nas nossas comunidades locais pela educação de todos, ao longo de toda a vida? Quem é que está disposto a dar as mãos às escolas e que escolas é que estão disponíveis para dar as mãos a outros actores sociais locais para fazer chegar a cada membro da comunidade as bases do exercício de uma cidadania activa?

Só assim podemos esperar que cada um exerça realmente não só os seus direitos de cidadania, mas também os seus deveres de cidadania, em cooperação com os demais, participando activamente na resolução dos problemas que lhe dizem respeito e que afligem os que se encontram mais vulneráveis, escolhendo os caminhos que entenderem ser os mais adequados, não pactuando com situações de abuso ou de fraude que atinjam a dignidade humana e prejudiquem a comunidade.

Portugal precisa de uma forte mobilização cidadã em torno da educação; o conhecimento tem de estar ao alcance de todos e cada um deve ser incentivado para tirar o máximo partido das oportunidades educativas que lhe são proporcionadas. A responsabilidade social de um amplo conjunto de organizações sociais passa sobretudo por aqui: por fazer da educação de todos e de cada um dos cidadãos, crianças, jovens e adultos, onde quer que se encontrem e qualquer que seja a sua condição, o seu mais importante desígnio, devidamente inscrito nos seus planos de trabalho. Porque educação é condição

de cidadania responsável e cidadania responsável é condição de saber-ser e saber viver juntos, de aprendizagem permanente e de desenvolvimento social. Como vamos cooperar neste novo esforço de responsabilidade cidadã?

Finalmente, a forma como se articulam os papéis da família, da sociedade organizada e do Estado conduz-nos ao sentido e alcance das liberdades de aprender e de ensinar, consagradas constitucionalmente, e à escolha dos projectos educativos que as famílias pretendem para os seus filhos. É sabido que a questão da liberdade de educação e do direito à educação tem sido debatida sobretudo a partir da discussão do ensino público e do ensino privado, mas é verdade que a adesão aos princípios do direito e da liberdade de educação ultrapassa largamente este enfoque, para se situar no campo da missão da escola e da estruturação do sistema educativo. Como vamos promover este direito e esta liberdade tão decisivas para o nosso futuro, pois constituem uma responsabilidade de todos?

Perguntas para o debate desta área:

1. Que competências de cidadania devem ser adquiridas por todos os alunos na escolaridade básica universal?
2. Como promover uma melhor articulação entre a educação escolar e outras formas de aprendizagem ao longo da vida para que todos exerçam uma cidadania activa e responsável?
3. Como integrar e criar condições de sucesso na escola alunos de diferentes etnias e culturas?
4. Como assegurar a liberdade de escolha da escola por parte das famílias?

Área Temática 2

Qualidade e equidade na educação

Na segunda área temática do Debate, a nossa atenção vai para a promoção da qualidade e da equidade, num contexto que sabemos muito marcado quer pela insatisfação com a qualidade das aprendizagens alcançadas quer pela persistência da discriminação baseada nas diferenças sócio-económicas entre os portugueses. A busca de excelentes níveis de qualidade e de equidade, em simultâneo, é um processo complexo, difícil, moroso, mas irrecusável do ponto de vista da dignidade humana e da justiça social.

A prossecução deste objectivo decorre já há muitos anos e em muitas escolas, sustentada no inconformismo com os resultados alcançados, em processos de melhoria contínua, em passos graduais e persistentes, numa visão positiva do futuro, pois a cada um e a todos os cidadãos podem ser proporcionadas melhores condições de aprendizagem e de sucesso escolar.

Este esforço tem de continuar pois os elevados níveis de insucesso, de abandono precoce e desqualificado do sistema de ensino, desde o básico ao superior, persistem como um dos maiores travões à realização dos cidadãos e à modernização do país. Atenção denodada tem de ser atribuída à capacidade em lidar com as diferenças, sem as cristalizar e sem as neutralizar, mas tornando-as pontos de partida para a manifestação da dignidade humana de cada cidadão. Estas diferenças devem ser vistas como uma riqueza do sistema educativo do Portugal democrático.

Ora, sabendo-se como a população escolar é hoje, do ponto de vista social, bastante heterogénea, existindo grandes diferenças entre os alunos não só economicamente, mas sobretudo culturalmente e de nível de escolarização dos pais, como trabalhar essas diferenças? Ou seja: como contribuir para o êxito escolar e educativo de crianças culturalmente muito diferentes tirando partido dessas diferenças, tornando-as um factor de enriquecimento cultural para todos, para a própria escola, para a sociedade? Qual o papel da escola e o papel da sociedade neste esforço?

Estas diferenças, não se traduzem só na escola mas também nos tempos livres dos alunos. Que pode a comunidade local fazer para enriquecer os tempos livres dos alunos? E que pode a escola fazer em cooperação? E que instituições não escolares deveriam assumir um papel educativo? Como repensar o “espaço” educativo?

O debate desta problemática implica a identificação dos saberes básicos – que conhecimentos, que capacidades, que valores, que atitudes – que serão indispensáveis a todo o cidadão no futuro próximo.

Poderemos ser mais específicos e procurar discriminar os saberes comuns que todas as crianças de cerca de 10 anos devem possuir – nos vários domínios do conhecer, do saber ser, do saber fazer e saber conviver. E o mesmo para os jovens de 15/16 anos, de 18/19 anos e de 22-23 anos e, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, para os adultos nos vários ciclos da idade adulta. Nestes saberes comuns que lugar deve ser dado às chamadas competências “transversais” como saber estudar, trabalhar em equipa, realizar projectos?

E, já agora, também poderemos perguntar-nos sobre que saberes poderão ser dispensados? Que valores e atitudes, hoje promovidos pela escola e/ou pela sociedade, deverão ser substituídos? Que capacidades se podem considerar obsoletas, desnecessárias?

Para além das aprendizagens comuns que se torna obrigatório proporcionar a todos, que aprendizagens diferentes é indispensável promover? A partir de quando e de que modo? Na própria aula? Por opções? Por turmas de nível? Por escolas especializadas? Por outros caminhos? Quais? Como tornar a diferenciação uma forma de proporcionar mais equidade e não de reforçar diferenças iníquas?

A preocupação com os resultados escolares tem levado a uma ênfase nas chamadas “aprendizagens básicas”, fundamentalmente a Matemática e a Língua Materna. Mas uma sensibilização às artes, por ex. à música e à expressão plástica, a educação tecnológica ou a educação física e a educação para a saúde, por exemplo, não serão também “aprendizagens básicas” a

promover em todos os alunos? O Debate deveria procurar explicitar pelo menos as dimensões fundamentais a que um currículo básico para todos deverá atender.

Tendo em conta que não se aprende só nas aulas nem só através do ensino do professor, mas também pela forma como se vive na escola, como as pessoas (gestores, professores, alunos, auxiliares de acção educativa...) se relacionam, como se instituem e se fazem cumprir as regras e como se gerem os conflitos, haverá que considerar também a forma como a escola se deve organizar para promover uma cultura de respeito, de convívio, de cidadania democrática. Qual deveria ser a participação dos alunos e como assegurar essa participação na organização e na gestão das suas aprendizagens e da vida escolar?

Actualmente o tempo escolar está muito fragmentado e mede-se em unidades horárias (de 50 m, de 45 m e de 90 m). Mas não tem que ser assim. Haveria vantagens em tomar como unidade temporal não as horas/minutos, mas o dia, a semana ou o mês (com actividades que tivessem essa duração e não fossem tão fragmentadas como actualmente)?

Tendo em conta ainda que não só se aprende diferentemente, como se aprendem coisas diferentes consoante o método utilizado, que métodos serão os mais adequados para o futuro próximo, tendo em conta também as novas potencialidades da “sociedade da informação”? E usando que apoios, que materiais, que meios e com que acessibilidade?

Também constitui motivo de preocupação a garantia de que as aprendizagens são efectivas. A avaliação contínua realizada nas escolas é fundamental. Mas é cada vez mais completada com outros mecanismos de avaliação. Qual o papel dos exames? Que balanço fazemos do reforço dos exames nacionais, a que temos vindo a assistir nos últimos anos? Haverá outras formas complementares e úteis de verificar se as aprendizagens se realizaram? Como tornar a avaliação útil para aprender mais e melhor?

Na agenda política está também a questão da avaliação de escolas, a sua auto e a hetero-avaliação, e a avaliação de professores, para além da aferição dos conhecimentos dos alunos. Sem avaliação será difícil prosseguirmos o

debate sobre a qualidade e a equidade, mas importa também ter sempre presente que não são desgarrados mecanismos de avaliação que operam, de per si, as melhorias necessárias, mas todo um conjunto de práticas, atitudes, condições e projectos que quotidianamente se têm de por de pé. O conhecimento e a difusão das melhores práticas já em curso estarão certamente entre os melhores dispositivos de promoção da qualidade.

Para que as instituições escolares desempenhem cabalmente a sua missão, que evolui com o tempo, importa ainda atender à necessidade de consagração de uma real autonomia, condição elementar para uma assunção inequívoca de responsabilidades e para o alcance de patamares de qualidade progressivamente melhores. Os problemas subjacentes ao adiamento sucessivo desta promessa, tantas vezes repetida e até decretada, precisam de ser profundamente debatidos, pois parece ser cada vez mais consensual que este impasse deve ser ultrapassado. Como vão as escolas preparar-se para este passo?

Algumas questões mais específicas devem merecer também a nossa atenção: a educação infantil tem sido vista como um factor fundamental de desenvolvimento das crianças e de educação compensatória. Apesar dos grandes progressos quantitativos já realizados, a educação infantil só é encarada como tal, entre nós, a partir dos 3 anos de idade quando é desde o nascimento que a criança se desenvolve e é educada, sendo, para muitos, as aprendizagens precoces as mais fundamentais. Para outros, porém, esta tendência para tratar ainda mais cedo da educação da criança corre o risco de uma excessiva escolarização. Qual a sua opinião? Qual será nesse caso o papel das famílias, das comunidades locais e do Estado?

Uma outra importante área diz respeito às pessoas com necessidades educativas especiais. As crianças portadoras de deficiências integradas no ensino regular têm muito a ganhar com esse convívio mais estimulante do que em instituições especializadas. Mas, por outro lado, se a “integração” for entendida apenas como presença física, se não houver apoios, formação de professores e um ambiente de cuidado e atenção a cada uma das crianças, tal política pode ser mais penalizadora e factor de exclusão do que promotora de inclusão, de aprendizagem e de capacitação. Que condições serão necessárias

para que as crianças com deficiências (e haverá que especificar o tipo de deficiência) sejam integradas com êxito no ensino regular? A integração será sempre a solução?

Perguntas para o debate:

1. Que saberes e que competências serão fundamentais a todo o cidadão do século XXI?
2. Como fazer os alunos aprender mais e melhor?
3. Como nos podemos assegurar que as aprendizagens básicas são conseguidas?
4. Como vamos prevenir os abandonos escolares precoces, envolvendo escolas e comunidades locais?
5. Como contribuir para o êxito escolar e educativo de populações culturalmente muito diferentes, tornando essas diferenças um factor de enriquecimento cultural para todos e para a própria escola?

Área Temática 3

Escolas, professores e outros profissionais

As escolas, organizações sociais que acolhem hoje todos os cidadãos e durante um tempo cada vez mais longo, em ordem à sua educação, são preciosas instituições sociais destes tempos de transição cultural em que vivemos, devendo por isso ser por todos especialmente acarinhadas.

Tal atenção não deverá ser confundida com uma sobrecarga de mandatos sociais sobre a escola, que tantas vezes geram as maiores perplexidades, tanto nos pais como nas escolas: transmitir a herança cultural, proporcionar o desenvolvimento humano de cada aluno, preparar os cidadãos para o exercício profissional, formar cidadãos críticos, criativos e participativos, formar o cidadão consumidor, realizar a educação rodoviária, a educação para a saúde,

a educação para a sexualidade, a educação ambiental, formar para os “media”, educar para a autonomia e o empreendimento, educar para a paz, promover a educação intercultural, ...

É, por isso, muito oportuna a reflexão sobre esta questão: em torno de que é que queremos centrar hoje a missão da escola? Definido este centro, que englobará vários daqueles mandatos em simultâneo, qual o quadro institucional que melhor deve traduzir e executar essa missão? O que é preciso fazer e como para evoluirmos para esse novo quadro institucional? Uma coisa, entretanto, parece certa: os actuais equívocos gerados à volta da missão das escolas não devem prolongar-se, sob pena de acentuarmos um nefasto ambiente de crise e de impotência que a todos prejudica.

A autonomia das escolas e, mais concretamente o seu modelo de governo, estão também no fulcro das decisões que urge tomar, com o maior consenso possível e com a maior determinação, sem mais delongas, após tantos anos de experiências e indecisões várias. Uma vez definidas as atribuições e responsabilidades que devem ser concentradas nos órgãos das escolas, importará enfrentar a necessidade de uma profunda reestruturação da missão e do modelo dos serviços centrais e regionais da administração educacional. Até onde estamos dispostos a levar esta política de efectiva descentralização e de responsabilização das escolas?

Em termos de organização e administração das escolas, também se deveria prestar a melhor atenção à recente organização local das escolas em agrupamentos, avaliando a qualidade do desempenho destas novas estruturas, bem como à repartição de responsabilidades entre a administração central e regional, as escolas e as autarquias, procurando respeitar o princípio da subsidiariedade.

Neste contexto, importa também reflectirmos sobre a profissionalidade docente e o estatuto dos professores enquanto o sustentáculo de uma actividade que se quer competente, responsável, eficiente, emocionalmente exigente, constantemente inspirada por uma motivação humanista e pela esperança. Na verdade, todo o professor é um ser de esperança, que projecta cada um dos seus alunos para o futuro, de modo a que desabroche a humanidade de cada

um. Que queremos que melhore no exercício profissional dos professores (da educação elementar ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida) e que condições vamos reunir para o alcançar?

Destaque especial têm merecido a formação inicial e contínua dos professores e a avaliação do seu desempenho. No que respeita à formação inicial, e uma vez que não estamos diante da pressão gerada por faltas generalizadas de docentes, este é um tempo propício para a sua revalorização e redefinição. A missão da escola e do professor devem fazer parte do núcleo básico desta formação, que deve contar com tempos de prática supervisionada, pois os modelos que assim funcionam têm demonstrado as suas virtualidades. Quanto à formação em serviço, além do esforço que deveria ser feito para avaliar as várias experiências realizadas, importaria colocar toda a capacidade instalada ao serviço da melhoria das práticas docentes nas escolas e nas salas de aula, dando prioridade a um tipo de formação intimamente articulado com o exercício profissional. Que novas práticas de apoio às escolas e aos professores deveriam ser instituídas, tendo em vista melhorar o ensino e as aprendizagens? Seria possível e desejável colocar instituições de ensino superior, centros de investigação e associações profissionais de docentes ao serviço destes processos de melhoria dos resultados escolares? Como fazê-lo de modo eficiente e eficaz? No que se refere à avaliação de desempenho, seria oportuno pensar questões como critérios, intervenientes e modelos, sempre num processo de maior responsabilização profissional, individual e colectiva.

Sabemos também o quanto é determinante uma boa liderança das escolas no seu desempenho social. No entanto, continua por esclarecer, no actual quadro equívoco da autonomia das escolas, o problema do poder dentro delas. Qual o modelo e as estruturas de “governo das escolas” e qual o papel e o lugar do director executivo? Deveria haver uma carreira própria? Qual deveria ser o novo modelo de formação contínua e de avaliação do desempenho de tão importantes profissionais na construção da qualidade da educação?

Ao mesmo tempo, no âmbito do ensino não-superior, seria oportuno repensar o modelo de ciclos de estudo actualmente em vigor, verificando a sua pertinência, volvidos vinte anos sobre a Lei de Bases e imersos num

novo ambiente sociocultural. Deveria haver lugar, como alguns advogam, a um novo, primeiro e prolongado ciclo destinado à educação da infância, compreendendo a educação pré-escolar, os actuais primeiro e segundo ciclos do ensino básico? O ensino básico deve coincidir com o ciclo dos estudos obrigatórios ou deve terminar no fim da educação da infância? O ensino após o 7º ano de escolaridade deve fazer parte de um ciclo mais longo de ensino secundário, do 7º ao 12º, ou deve manter-se como um ciclo do ensino básico e universal? Que teremos ainda de fazer para continuar o processo de dignificação do ensino tecnológico e profissional e para qualificar adequadamente os jovens? Que consequências advirão para a articulação entre os níveis secundário e superior com a adopção do “processo de Bolonha” no ensino superior? Além disso, seria da maior importância que as mudanças, a ocorrer, se pautassem por critérios de qualidade da educação, de melhoria da qualidade das aprendizagens e de liberdade de ensino e de aprendizagem.

Neste quadro de evolução e mudança social emerge também a questão da cooperação de outros profissionais com os docentes das escolas. A complexidade das tarefas educativas reclama actualmente, segundo alguns protagonistas, a própria complexificação das respostas educativas das escolas, concentrando os professores no essencial do ensino-aprendizagem e fazendo intervir outros profissionais em tarefas educativas mais específicas (ex. orientação escolar e profissional, apoio social e familiar, acesso à informação e documentação, animação sociocultural). De que serviços educativos estamos a falar, quando falamos da acção de outros profissionais na escola? Para responder a que objectivos da missão da escola? Que modelos de cooperação deveriam ser desenvolvidos e com que profissionais? Como preservar a centralidade da acção educativa das escolas e alcançar melhores resultados escolares?

Finalmente, no quadro de uma autonomia que se deseja consagrada e sustentada, dever-se-á ampliar o tipo e a intensidade das articulações entre as escolas e as comunidades locais. Os actores sociais locais deverão intervir mais activamente no apoio às escolas e aos professores, com destaque para os municípios. Quais devem ser os âmbitos e os limites desta intervenção? A UNESCO e a OCDE têm chamado recorrentemente a atenção para o facto de a educação ser, na actualidade, o investimento mais precioso que uma

comunidade pode fazer por um futuro melhor. Infelizmente, não abundam entre nós os exemplos de boas práticas neste domínio, pois outros investimentos ganham a dianteira à educação. Que sugestões de melhoria se podem fazer neste campo?

Perguntas para o debate:

1. Como fomentar uma melhor articulação entre os professores e os pais/encarregados de educação tendo em vista melhorar o sucesso escolar dos alunos?
2. De que formação inicial e contínua precisam os professores nos próximos anos?
3. Que organização escolar poderá melhorar o processo educativo?
4. Que tipo de autonomia e que mecanismos de responsabilização devem ser postos em prática nas escolas?
5. Que podem (e vão) as comunidades locais fazer mais pelas suas escolas?

Área Temática 4

Aprendizagem ao Longo da Vida e Desafios do Emprego

A quarta área temática incide sobre o modo como Portugal tem de reorientar as suas políticas de educação e formação para alcançar melhores níveis de desempenho escolar e profissional, num contexto em que o conhecimento se torna um sustentáculo do próprio desenvolvimento económico e social.

As sociedades em que vivemos mudaram muito nas últimas décadas: alteraram-se os modos de viver, de produzir, de consumir, de nos relacionarmos e organizarmos colectivamente, a ritmos antes impensáveis. Os sistemas produtivos, o emprego e as profissões são hoje mais incertos, mais interdependentes e internacionalizados. A evolução demográfica (prolon-

gamento da esperança de vida, diminuição da natalidade e consequente diminuição do pesos das crianças e jovens na população) ressentem-se com estas alterações e também as influencia.

Alguns problemas e desafios do emprego se colocam, não sendo exclusivos da sociedade portuguesa, encontram nela particular acuidade e expressão: processos de reestruturação de sectores da actividade económica e empresas, défices de produtividade e de inovação, insuficiente crescimento do emprego, tendência de dualização dos mercados de trabalho, precariedade dos vínculos contratuais, condições de trabalho pouco dignas e estimulantes, emprego informal, dificuldade de prever a evolução dos mercados, das necessidades de mão-de-obra e dos perfis profissionais. Outras iniciativas há, muito qualificadas, “boas empresas para trabalhar”, capazes de apostar na internacionalização, criadoras de emprego e geradoras de investigação e de inovação.

Como não podia deixar de ser, estas mudanças e problemas têm repercussões nos tempos e momentos da vida que dedicamos a aprender, nos contextos e mecanismos de socialização e educação, naquilo que aprendemos, no modo como o fazemos e, também, como utilizamos os nossos saberes. Para lidar com tais alterações tecnológicas e socioculturais, reclama-se um cada vez mais importante e decisivo papel da aprendizagem ao longo da vida: para nos desenvolvermos como pessoas e cidadãos ao longo das várias etapas, para nos integrarmos e participarmos activamente, para sermos capazes de usufruir dos bens e serviços essenciais, para encontrarmos emprego e o mantermos, para acompanharmos as mudanças e nos adaptarmos, para gerarmos novas oportunidades e novos modos de vida.

Várias instâncias internacionais (UNESCO, OCDE, EU, Conselho da Europa,...) têm chamado a atenção para a importância fulcral desta aprendizagem permanente ao longo da vida, na vida e com a vida, e este é, também entre nós, um discurso “público” que parece recolher unanimidade, estando inscrito em vários pactos, planos e programas. Mas estaremos realmente convencidos disto? Porque tem sido tão difícil conseguir avanços mais significativos nalgumas áreas? Porque é tão difícil e como melhorar a articulação de esforços entre departamentos do Estado, entre instituições sociais, entre empresas e organizações escolares?

Nas últimas décadas, Portugal registou uma evolução bastante positiva dos índices de escolarização, especialmente entre os mais novos, i.e., aumentou muito o número de pessoas escolarizadas e o nível de escolaridade por elas atingido. Estes avanços são particularmente notórios no alargamento da frequência da educação pré-escolar, no cumprimento da escolaridade obrigatória, no aumento progressivo dos jovens que completam o secundário e, em especial, o ensino superior. No entanto, porque os défices de partida eram grandes e porque os avanços não foram tão longe quanto o esperado, no que respeita aos mais jovens, estamos ainda muito distantes dos índices que caracterizam os países ocidentais e a União Europeia, nomeadamente quanto ao número dos que beneficiam da educação pré-escolar e dos que completam o nível secundário ou equivalente.

Já no que respeita aos aspectos qualitativos e aos resultados, as fragilidades e as disfunções parece serem mais graves. Os elevados níveis de reprovação e de insucesso escolar em todos os graus de ensino (incluindo o superior) e a débil qualidade das aprendizagens realizadas por muitos alunos, medidas nacional e internacionalmente, são manifestações conhecidas dessa situação. Acresce ainda o elevado número de jovens que abandona prematuramente a escola e a formação inicial sem qualquer qualificação de base. Importaria reflectir sobre os novos impulsos que estão a ser dados ao ensino profissional no sentido de o tornar realmente atractivo e profissionalmente qualificante, no quadro de uma revalorização social dos jovens técnicos altamente qualificados, com o necessário apoio do mundo empresarial. A elite dirigente do país continua a menosprezar este tipo de formações, com todas as consequências que daí resultam.

Se pensarmos nos adultos, a situação é bastante mais grave, pois os ganhos foram mais tímidos e é avassaladora a distância que nos separa dos países mais desenvolvidos: mais de 70% da população em idade activa (24-65 anos) tem, no máximo, a escolaridade obrigatória de 9 anos, sendo ainda muito significativo o peso dos que não têm qualquer nível de escolaridade ou apenas completaram o 1º ou o 2º ciclos. Esta situação tem resistido a uma alteração mais profunda, tanto por efeito do atraso estrutural de que somos portadores, como pelo facto de ser menor, hoje, a proporção de jovens no conjunto da população e de muitos ainda ingressarem no mercado de trabalho sem a desejável qualificação escolar e profissional.

Acresce que, em Portugal, a percentagem de jovens adultos e de adultos que acede a acções de educação e formação profissional ao longo da vida (4,8%, em 2004) é claramente inferior aos níveis actuais de outros países e ainda muito longe das metas assumidas (12,5% em 2010). Tal como noutros países, entre os que mais acedem a este tipo de acções, predominam os mais novos, os que têm níveis de escolaridade mais elevados e que trabalham em entidades empregadoras de maior dimensão. Em Portugal, os baixos níveis globais de desempenho nesta matéria ficam a dever-se, sobretudo, à escassa participação da população menos escolarizada. Refira-se, ainda, que em inquéritos recentes, uma larga maioria das pessoas refere não sentir necessidade de fazer formação. Diante deste cenário, que acções empreender? Que iniciativas conhecemos que contrariam estas tendências? Como as podemos generalizar?

Por outro lado, a criação de um quadro social favorável ao incremento da aprendizagem ao longo da vida requer a consideração, entre outros, dos seguintes subsistemas de apoio e incentivo: os subsistemas de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas ao longo da vida, com a vida, nas mais variadas circunstâncias do viver; os subsistemas de informação, orientação e aconselhamento, disponíveis para os cidadãos de todas as idades, acessíveis e devidamente actualizados face às mudanças socioprofissionais em curso; a articulação entre os vários subsistemas e tutelas do ensino e da formação, tendo em vista fomentar a cooperação entre todos os recursos instalados e a promoção de mais eficiência e eficácia nas intervenções.

Por último, importa referir que, quer os aspectos quantitativos relativos ao acesso e frequência, quer os aspectos mais qualitativos relativos ao sucesso das aprendizagens, incidem de modo distinto em diferentes grupos sociais e nos diversos territórios, num país muito marcado por grandes disparidades socioeconómicas e com níveis de pobreza extensos e persistentes. O nosso sistema educativo exprime as grandes disparidades sociais, reproduzindo-as, revelando-se mais propenso do que se esperava para ratificar desigualdades e menos apto do que se desejava a apoiar os alunos e a ajudar a superar problemas identificados, seja do ponto de vista pedagógico seja nos apoios socioeconómicos e financeiros aos alunos e suas famílias. Muitas vezes as escolas ficam isoladas na procura de soluções para problemas sociais muito

graves. Como se poderia melhorar a “inclusão social da escola”, como é que a comunidade local pode intervir, de forma organizada e cooperativa, para apoiar as famílias e os alunos em situações de maior risco?

Três décadas depois da instituição do regime democrático, no ano em que celebramos os vinte anos da publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo e em pleno processo de definição do que devem ser as prioridades de investimento do próximo período de programação dos fundos comunitários (2007-2013), faz especial sentido reflectir em conjunto sobre o para onde queremos ir e como podemos ir. Porque os resultados tendem a ser diferidos no tempo e porque uma sólida formação de base condiciona os investimentos futuros na aprendizagem ao longo da vida, é importante prosseguirmos e melhorarmos este investimento social em mais e melhor educação para todos os portugueses. Mas com que prioridades e como?

Perguntas para o debate:

1. O que fazer para que as pessoas, as famílias e as entidades empregadoras - de modo especial, os mais desfavorecidos, os adultos menos escolarizados e as PME – valorizem e invistam mais na educação e formação?
2. Como melhorar os níveis de sucesso e a relevância da formação técnica e profissional dos jovens e dos adultos?
3. Que dinâmicas de cooperação entre instituições com capacidade educativa podemos lançar ou reforçar, em cada comunidade, para proporcionar a todos melhor aprendizagem ao longo da vida?
4. Que formação para os novos empregos? Como melhorar a preparação dos jovens para a iniciativa, o empreendimento e a inovação?

Área Temática 5

Ciência, Investigação e Desenvolvimento Educativo

A quinta área temática incide sobre uma magna questão para a sociedade portuguesa: como vamos melhorar a capacidade de investigação e de produção científica para sustentar quer os elevados níveis de desempenho pessoal e profissional que hoje são requeridos quer uma economia baseada no conhecimento? Para equacionar a questão daremos especial atenção à formação científica e técnica de todos os portugueses e ao papel do ensino superior, universitário e politécnico, reconhecendo que o contexto periférico do país e o atraso educativo que persiste reclamam muita audácia e compromissos políticos inequívocos.

O desemprego crescente dos jovens, que já hoje flagela alguns países europeus, tenderá a generalizar-se nos países periféricos e pouco qualificados como o nosso. Os graduados das melhores universidades de alguns países, como a França, nunca foram tão procurados nem tão bem pagos. Os fluxos migratórios mundiais para as universidades de maior prestígio são hoje uma realidade em rápida expansão. Que papel terão as nossas universidades nestes cenários globais e locais? Estarão condenadas a confinar-se ao primeiro ciclo do ensino universitário? Ou terão energia e imaginação para se posicionarem sem inferioridade nos mercados europeu e mundial do ensino superior?

Ao mesmo tempo, assiste-se à explosão universitária para a Ciência e a Tecnologia nos países do Oriente, do Leste da Europa e de várias outras partes do planeta. A China produz, hoje, cerca de meio milhão de engenheiros por ano. A Índia aproxima-se destes valores e destaca-se pela criatividade e sentido inovador dos seus jovens graduados. A deslocalização do emprego para esses países, antigamente restringida a trabalhos menos qualificados, generaliza-se hoje à produção científica e tecnológica do mais alto nível. Várias unidades de investigação dos Estados Unidos e da Europa estão agora localizadas na Índia, na China, em vários países do Leste Europeu. Que estratégias têm as nossas instituições de ensino superior e de investigação para intervirem de forma sustentada num cenário internacional com esta dinâmica? Que espaços precisarão de abrir?

Alheios a esta evolução, mas preocupados com a falta de trabalho, os cidadãos voltam-se para os seus sistemas de segurança social, esperando que estes lhes paguem o desemprego, que persiste em aumentar. Preparados nas escolas e instituições de ensino superior mais para agirem como funcionários do que para serem autónomos e empreendedores, esperam que o Estado lhes resolva as dificuldades. Infelizmente, num mundo globalizado, quanto mais improdutivos forem os cidadãos de um país menor será o bolo que o Estado poderá repartir pelos necessitados, que serão cada vez em maior número. A atitude de muitos estudantes perante estes factores não é animadora – convictos de que o sistema tem a obrigação de os proteger, persistem em ignorar a tempestade inevitável que se acumula no horizonte, e que nenhum Estado Social poderá evitar. Que poderão fazer as nossas instituições de ensino superior para os precaver e preparar em tempo útil? Que poderão fazer o Estado e outras instituições sociais? Que mudanças de atitude deverão assumir os próprios estudantes?

Tem-se assistido também, ao longo das últimas décadas, ao surgimento de modos de produção de conhecimento radicalmente distintos dos do passado. Enquanto que a produção de saberes avançados, tradicionalmente nas universidades, precedia a sua aplicação à realidade económica, hoje grande parte dos saberes de ponta surge no próprio contexto da aplicação industrial ou organizacional. A inovação passa, assim, a surgir no seio de interacções complexas e simultâneas dos múltiplos actores dos processos de inovação – universidades, indústrias e governos – perante desafios socioeconómicos concretos. Várias instituições do ensino superior, das mais avançadas do mundo, começam a deslocar as parcerias com a realidade económica e social da periferia das suas missões para o próprio centro dos seus sistemas de valores. Esta mudança radical, inicialmente apenas visível na produção científica e tecnológica, rapidamente se propaga à actividade de ensino, que passa a confundir-se, em larga medida, nos níveis mais elevados, com a própria actividade de investigação. Que posições estão a assumir as nossas universidades e politécnicos perante estes desafios e com que resultados? Que alianças estão a estabelecer?

Além da harmonização das designações e dos níveis de qualificação, o “Processo de Bolonha” vem introduzir novos conceitos e uma nova visão sobre os modelos de ensino e de aprendizagem, com maiores níveis de exigência para

docentes e discentes. O “Processo de Bolonha” afigurava-se, há meses, como uma oportunidade preciosa para agitar o sistema, levá-lo a reflectir sobre os seus vícios crónicos e – com trabalho, seriedade e bom senso – prepará-lo para os novos desafios. Ter-se-á conseguido isso, no afã de urgência e de improvisado a que se está a assistir? O que se poderá fazer, ainda, para que a oportunidade de Bolonha se não perca, definitivamente? Estará o país preparado para se adaptar aos novos paradigmas de mobilidade que este processo arrasta?

Tem sido amplamente comentada a excessiva diversidade de modelos, de instituições e de ofertas educativas de nível superior que existem actualmente em Portugal. Esta ocasião seria oportuna para se definir melhor quer a articulação entre o ensino público estatal e o ensino privado, procurando-se salvaguardar padrões de qualidade e de incentivo em todas as situações, quer a combinação de missões entre o ensino politécnico e o ensino universitário, a reequacionar de novo no quadro do “Processo de Bolonha”.

A cultura científica e tecnológica, sendo essencial para uma participação informada dos cidadãos, é igualmente uma condição de base para o desenvolvimento da própria ciência. Não haverá crescimento científico sustentado numa sociedade com um baixo índice de literacia científica. A nossa afirmação na Ciência e na Tecnologia tem, por outro lado, de ser preparada com larga antecedência. Uma população esclarecida, conhecedora das principais aquisições da ciência e dos seus cientistas, constitui também um suporte a um maior investimento na investigação e na produção de saber. O que poderá ser feito para envolver os jovens em idade escolar nos desafios do conhecimento e da produção científica e tecnológica de alto nível? Que parcerias poderão e deverão ser construídas entre os ensinos superior e não superior? Um dado parece certo: o envolvimento da comunidade científica e das suas instituições na melhoria progressiva da educação científica de base dos cidadãos representa o reforço de um pilar da cidadania activa e responsável.

Nunca foi tão verdadeira, neste mundo global, a célebre afirmação de Wells de que a história de uma nação é cada vez mais uma corrida entre a educação e a catástrofe. O Desenvolvimento Educativo é a luta, todos os dias renovada, contra essa catástrofe sempre eminente. Que modelos, que referenciais, que

instrumentos, que postura cultural, que dinâmicas colectivas estaremos nós a construir para assegurar um tal desenvolvimento? Precisamos de fazer da educação um investimento prioritário de toda a sociedade portuguesa. Que será preciso melhorar na educação da infância? Será preciso alterar o modelo de ensino secundário e nele integrar o actual terceiro ciclo do ensino básico? Como acolher novos públicos, não só em todos os níveis de ensino, mas sobretudo na satisfação das crescentes necessidades de aprendizagem? Como irá o ensino superior acolher os maiores de 23 anos e os idosos, tão disponíveis para aprender, num momento tão importante da sua vida? Qual será o papel do Estado nestas ofertas e como será respeitada a liberdade de escolha dos cidadãos?

Perguntas para o debate:

1. Que modelos de produção científica teremos de solidificar e de criar de novo para sustentar o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento?
2. Como vamos aproveitar o “Processo de Bolonha” para evoluir para paradigmas educativos renovados, com a complexidade cultural, pedagógica e organizacional que eles comportam?
3. Que medidas devem ser tomadas para melhorar a qualidade da formação científica e técnica dos portugueses?
4. Que fazer para atrair, acolher e criar boas condições de formação aos novos públicos da educação?
5. Que novos modelos adoptar para a gestão da qualidade no ensino superior e que referenciais devem orientar a construção da excelência?

Área Temática 6

Metas e medidas prioritárias

A área temática seis visa criar, na dinâmica do Debate Nacional, uma outra oportunidade para cada pessoa e instituição participar, sugerindo de modo muito prático e directo as metas e as medidas que devem ser prioritariamente tomadas para melhorar a educação nos próximos anos. Não nos ilude a perspectiva de que uma ou duas medidas isoladas vão resolver os graves problemas e os enormes desafios que temos por diante, mas acreditamos que o Debate vai permitir identificar algumas metas e medidas que, posterior e devidamente articuladas, poderão ajudar a melhorar a educação.

Além das cinco áreas temáticas, esta é por isso uma área mais genérica e transversal, que pode acolher, com grande abertura, todas aquelas opiniões que, por uma ou outra razão, não se enquadram nas cinco áreas temáticas e recolher sugestões muito directas e práticas acerca das metas e das medidas que devem ser prioritariamente tomadas. Não perca pois a oportunidade.



Debate Nacional sobre
Educação

ANEXO 5



Debate Nacional sobre
Educação

Questionário aos Jovens

Questionário de avaliação das percepções dos alunos

Relativamente à educação e aos estabelecimentos de ensino

O Conselho Nacional de Educação está a organizar um Debate Nacional sobre a Educação e gostaria de recolher a opinião dos alunos sobre a educação e os estabelecimentos de ensino. Antes de responder, leia atentamente as perguntas, de modo a dar a resposta que realmente traduz a sua forma de pensar. Não há respostas certas nem erradas, boas ou más. Interessa-nos apenas a sua posição pessoal relativamente a cada um dos aspectos. As respostas são anónimas e confidenciais.

1. Sexo
- | | |
|-----------|-----------------------|
| Feminino | <input type="radio"/> |
| Masculino | <input type="radio"/> |

2. Idade

_____	anos
-------	------

3. Qual o nível e a modalidade de ensino que frequenta?

[7º. a 9º. ano]	3º. Ciclo do ensino básico	<input type="radio"/>
-----------------	----------------------------	-----------------------

[10º. a 12º. ano]	Ensino secundário (geral)	<input type="radio"/>
-------------------	---------------------------	-----------------------

	Curso tecnológico (nível III)	<input type="radio"/>
--	-------------------------------	-----------------------

	Curso profissional (nível III)	<input type="radio"/>
--	--------------------------------	-----------------------

	Outro	<input type="radio"/>
--	-------	-----------------------

[Ensino Superior]	Ensino superior universitário	<input type="radio"/>
-------------------	-------------------------------	-----------------------

	Ensino superior politécnico	<input type="radio"/>
--	-----------------------------	-----------------------

4. Qual o ano de escolaridade que frequenta?

_____ ano

5. Da seguinte lista de aspectos relacionados com o ensino e o estabelecimento de ensino que frequenta, diga quais são para si os três mais importantes:

- Descobrir interesses e talentos
- Conviver com pessoas da mesma idade
- Estudar aquilo de que se gosta
- Sair de casa/mudar de ambiente
- Poder aprender coisas novas
- Poder arranjar um emprego
- Desenvolver as capacidades que se tem
- Ter amigos/fazer amizades
- Poder obter um diploma
- Adquirir mais conhecimentos/cultura
- Poder “subir na vida”/ter sucesso no futuro

6. Entre as funções que correntemente se atribuem à educação, quais são aquelas três que acha que, de facto, ela desempenha?

- Escolhe e prepara os melhores, os mais capazes
- Fornece uma preparação para a vida profissional
- Desenvolve a inteligência e a criatividade
- Desenvolve o espírito crítico
- É um bom lugar de convívio entre os jovens
- Forma cidadãos aptos para a vida social
- Transmite cultura
- Diminui as desigualdades sociais
- Fornece conhecimentos gerais e básicos
- Cria hábitos de trabalho e disciplina
- Eleva a cultura básica de todos

7. Como avalia o seu rendimento escolar?

- Muito bom
- Bom
- Suficiente
- Fraco

8. Quais as três razões que, a seu ver, mais contribuem para o nível de rendimento escolar que está a obter?

- O seu esforço pessoal
- O seu interesse pelos estudos
- As suas capacidades pessoais
- O seu ambiente familiar
- Os colegas de estudo/as companhias
- Os professores que teve/tem
- Os livros escolares
- As instalações escolares
- O conteúdo dos programas das disciplinas
- As actividades extra-curriculares que a escola proporciona
- O número de disciplinas em cada ano
- A (in)existência de regras/disciplina
- A existência de espaços na escola para trabalhar
- Os “trabalhos de casa”
- O horário das aulas
- A distância de casa ao estabelecimento de ensino
- A sorte/o acaso

9. Indique três aspectos a que os professores costumam dar mais importância na avaliação dos alunos

- Conhecimentos adquiridos
- Inteligência
- Esforço pessoal
- Criatividade e imaginação
- Capacidade de decorar a matéria
- Assiduidade às aulas
- Comportamento nas aulas
- Resultados nos testes e provas de avaliação
- Participação activa nas aulas
- Dar “graxa” aos professores
- Fazer os “trabalhos de casa”

10. Qual o grau de formação que gostava de atingir?

- 9º. Ano
- 12º. Ano
- Curso Tecnológico/Profissional
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

11. Como avalia a sua satisfação em relação aos seguintes aspectos?

	Muito satisfeito	satisfeito	pouco satisfeito	nada satisfeito
O convívio com os colegas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A participação na vida da escola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As instalações e equipamentos escolares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A disponibilidade e dedicação dos professores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A relação com os professores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A justiça das classificações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os meios informáticos disponíveis e acessíveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os programas escolares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os livros e manuais escolares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O interesse das aulas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O modo como a minha família acompanha os meus estudos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O trabalho em grupo com os colegas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As actividades extra-escolares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os conhecimentos adquiridos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A utilidade prática do ensino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A preparação para a vida profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A segurança no espaço escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A qualidade do bar e da cantina	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O transporte para a escola e para casa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

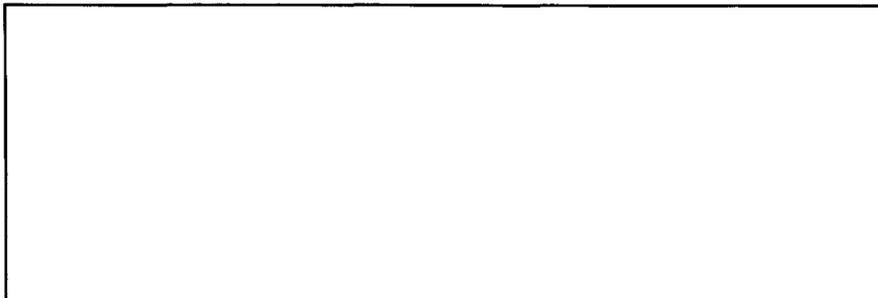
12. Ao longo da sua vida de estudante, tem falado com os seus professores acerca dos seguintes assuntos?

- | | | | |
|--|-----------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Assuntos pessoais
<i>(a vida pessoal, o namoro, as amizades, os problemas com os pais, etc.)</i> | <input type="radio"/> muito | <input type="radio"/> pouco | <input type="radio"/> nada |
| Assuntos sexuais | <input type="radio"/> muito | <input type="radio"/> pouco | <input type="radio"/> nada |
| Assuntos da escola
<i>(dificuldades de aprendizagem, problemas de relação com colegas e professores, etc.)</i> | <input type="radio"/> muito | <input type="radio"/> pouco | <input type="radio"/> nada |
| Assuntos vocacionais
<i>(trabalho, emprego, educação, formação, orientação vocacional)</i> | <input type="radio"/> muito | <input type="radio"/> pouco | <input type="radio"/> nada |
| Assuntos de desporto | <input type="radio"/> muito | <input type="radio"/> pouco | <input type="radio"/> nada |
| Assuntos culturais e científicos
<i>(ciência, literatura, arte, cinema, filosofia, etc.)</i> | <input type="radio"/> muito | <input type="radio"/> pouco | <input type="radio"/> nada |
| Assuntos sociais e políticos | <input type="radio"/> muito | <input type="radio"/> pouco | <input type="radio"/> nada |
| Outros assuntos relativos à minha vida e ao meu futuro | <input type="radio"/> muito | <input type="radio"/> pouco | <input type="radio"/> nada |

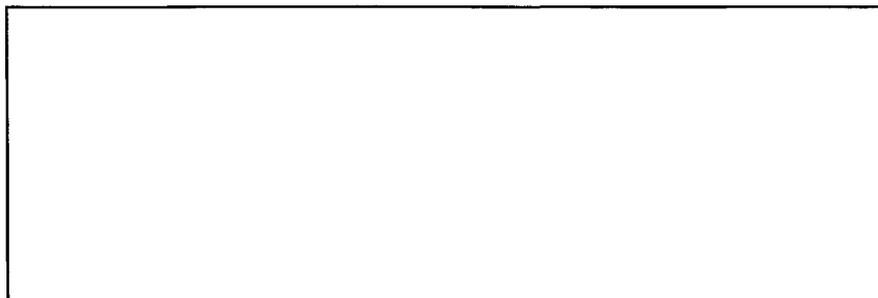
13. Se pensa que o ensino podia estar mais bem organizado, e se tivesse poderes para o reorganizar, o que é que procuraria conseguir (escolha até 6 opções)?

- Maior participação dos alunos
- Mais tempos livres/menos aulas
- Mais desporto
- Menos matéria/programas mais curtos
- Menos disciplinas
- Maior/melhor comunicação com os professores
- Mais/melhores equipamentos informáticos à disposição dos alunos
- Aulas mais práticas
- Mais liberdade
- Melhores professores
- Mais disciplina
- Maior possibilidade de escolha de disciplinas
- Melhores instalações/melhores escolas
- Menos violência e insegurança
- Melhores livros de estudo
- Programas mais interessantes do ponto de vista cultural
- Programas com maior interesse profissional
- Criação de cursos de formação exclusivamente profissional
- Maior facilidade de acesso ao ensino superior
- Maior intervenção cívica na comunidade

14. Que coisas deviam saber todos os jovens quando deixam de estudar e vão trabalhar?



15. Quais as suas sugestões para melhorar a educação nos próximos anos?



Fim.
Obrigado pela sua colaboração.

ANEXO 6



Debate Nacional sobre
Educação

Lista de Catalogação

Contributos pessoais (Cp)

- Educação e Cidadania (I)
- Qualidade e Equidade (II)
- Escolas, Profs e outros profissionais (III)
- ALV e desafios do emprego (IV)
- Ciência, Investigação e Desenvolvimento Educativo (V)
- Metas e medidas prioritárias (VI)

Contributos institucionais

Síntese dos debates (S)

Depoimentos pessoais (Dp)

Depoimentos institucionais (Di)

Fóruns (F)

- Educação e Cidadania (I)
- Qualidade e Equidade (II)
- Escolas, Profs e outros profissionais (III)
- ALV e desafios do emprego (IV)
- Ciência, Investigação e Desenvolvimento Educativo (V)
- Metas e medidas prioritárias (VI)

Estudos (E)

Biblioteca (documentos de suporte) (B)

Documentos Temáticos (T)

Contributos pessoais (Cp)

Educação e Cidadania (I)

Adriano Moreira	CpI1
José Manuel Pureza	CpI2
Francisco Rodrigues	CpI3
Júlia Alfaiate	CpI4
Nozes Pires	CpI5
António José Esteveira	CpI6
Jorge Ralha	CpI7
Luís Miguel da Silva Conde	CpI8
Joaquim Raúl Farto	CpI9
Mariana Sampayo	CpI10

Qualidade e Equidade (II)

Dalila Rodrigues	CpII1
Luísa Gonçalves	CpII2
Margarida Loureiro	CpII3
Ana Maria Bénard da Costa	CpII4
Odete Valente	CpII5
Documento anexo à Conferência de Odete Valente	CpII6
Inquérito a alunos do 3º ciclo	CpII7

Escolas, Professores e outros profissionais (III)

Isabel Alarcão	CpIII1
-----------------------	---------------

ALV e desafios do emprego (IV)

Pedro Lourtie	CpIV1
Luís Cordeiro	CpIV2
M ^a Priscila Soares	CpIV3
Fernanda Marques	CpIV4
Sérgio Niza	CpIV5
M ^a de Lurdes Colaço	CpIV6
José Pacífico	CpIV7
M ^a Pinto & Ana Almeida	CpIV8
M ^a Salomé Rafael	CpIV9
Paulo Vinhal	CpIV10
Rui Canário	CpIV11
Luís Imaginário	CpIV12
Inácio Nogueira	CpIV13
M ^a Márcia Trigo	CpIV14
Isabel Gomes	CpIV15
Luísa Alonso	CpIV16
José Manuel Castro	CpIV17
Ana M ^a Correia & Anabela Sarmento	CpIV18
Ana Luísa Pires	CpIV19
António Fragoso de Almeida	CpIV20
José Alberto Leitão	CpIV21
Luís Rothes	CpIV22
José António Silva	CpIV23

Ciência, Investigação e Desenvolvimento Educativo (V)

Cristina Robalo Cordeiro	CpV1
J. Costa, J. Ferreira Gomes & S. M Santos	CpV2
Klaus Palandt	CpV3
Hans Pechar	CpV4
Roger King	CpV5
Per Nyborg	CpV6
CIPES - Estatuto Jurídico das Instituições de Ensino Superior	CpV7
CIPES - Acesso ao ensino superior, equidade e emprego	CpV8
Mário Ferreira	CpV9
ISCTE - A decade as a foundation university	CpV10
Ivo Costa Santos	CpV11

Metas e medidas prioritárias (VI)

Rui M. Rosa	CpVI1
Francisco Van Zeller	CpVI2
Isabel Madeira	CpVI3
Alberto Rodrigues	CpVI4
A integração dos professores surdos profundos	CpVI5

Contributos institucionais

Esc. Prof. Odemira	Ci1
APPI	Ci2
CFAE Vale de Sousa e Baixo Tâmega	Ci3
EB 2,3 Nicolau Nasoni Trab. dos departamentos	Ci4
EB 2,3 Nicolau Nasoni Questionário do debate	Ci5
Fac. Direito Univ. Porto	Ci6
Associação Sindical de Professores Licenciados	Ci7
Sindicato dos Profs da Madeira	Ci8

Departamento de Ciências da Educação e do Património da Univ. Portucalense	Ci9
Associação Mulher Migrante	Ci10
FENPROF Medidas e metas para a educação	Ci11
FENPROF Escolas	Ci12
SPN ALV e desafios emprego	Ci13
SPN Educ. e cidadania	Ci14
SPN Escola	Ci15
SPN Qualidade e Equidade em Educ.	Ci16
Associação de Professores de Português	Ci17
FACE área 3	Ci18
FENEI	Ci19
Associação Portuguesa de Deficientes (Educação Inclusiva - Educação de Qualidade para Todos)	Ci20
Associação Portuguesa de Deficientes (Inclusão dos Jovens com Deficiência no Ensino Superior)	Ci21
FAPAG 1	Ci22
FAPAG 2	Ci23
FAPAG 3	Ci24

Síntese dos debates

DNE ilha das Flores	S1
ALV e desafios emprego Viana do Castelo	S2
Seminário ALV e desafios emprego Viana do Castelo	S3
CNE Auditório do Colégio Espírito Santo Univ. Évora	S4
C.M. Gondomar e Actual Gest	S5
FRAP Aveiro	S6
FENPROF resposta educativa e social na escola pública	S7
Conselho de laboratórios associados Fac. Medicina Univ. Coimbra	S8

Educação e cidadania Conferência de cidadãos Covilhã	S9
Conferência de cidadãos Biblioteca Almeida Garrett Porto	S10
I Congresso Nacional de Combate ao Insucesso Escolar AJUDE e C.M. Resende	S11
Conferência de cidadãos Aveiro relatora: Ana Caetano	S12
APEM, APMD, MDM, UMAR, REDE Sta. M ^a Feira	S13
CNE, C.M. Setúbal e Instituto Politécnico Setúbal	S14
Audição: RVCC adquiridas – CNE, Lisboa, 11.10.2006	S15
ACIME, AGP, AMRT, GRAAL, Lusotemp	S16
Laboratório Associado IBMC.INEB	S17
Centro de Formação de Associação de Escolas Carnaxide e C.M. Oeiras	S18
Civitas Aveiro, EB integrada 1,2,3 c/ JI de Pardilhó	S19
APEI – Qualidade e equidade em educação	S20
APEI – Novos saberes, novas competências em educ. de infância	S21
CIEP Univ. Évora	S22
Agrupamento de escolas Prof Agostinho da Silva	S23
Assembleia do Agrupamento Vertical Dr. Augusto César Pires de Lima	S24
Conselho Pedagógico da escola secundária (ES) c/ 3º CEB Dr. Jaime Magalhães Lima	S25
Grupo de Avaliação da ERSI Estremoz	S26
Jornal A Voz de Ermesinde, ES Artística Soares dos Reis e Centro Social de Ermesinde	S27
ES de Loulé 22.11.2006	S28
ES de Valbom	S29
Conselho Municipal de Educ. de Montalegre	S30
Fórum Regional do Centro das Profissões Liberais	S31

Dep. Matemática, Electrotecnia e Informática ES c/ 3º CEB Gil Eanes de Lagos	S32
ES Abade de Baçal	S33
Dep. B da ES c/ 3º CEB Gil Eanes de Lagos	S34
Dep. C da ES c/ 3º CEB Gil Eanes de Lagos	S35
Dep. E da ES c/ 3º CEB Gil Eanes de Lagos	S36
Centro de Investigação em Educação Paulo Freire, Univ. Évora e Assembleia Municipal do Redondo	S37
Conselho Executivo Agrupamento Escolas Dr. Correia Mateus	S38
Instituto Superior Técnico	S39
Jornal Ensino Magazine, Jornal Reconquista, Secção de Castelo Branco da Associação Nacional de Profs	S40
ESE do Instituto Politécnico de Santarém e IPJ de Santarém	S41
FERSAP	S42
ISEC e IEESF	S43
EPCE	S44
ES de Felgueiras – GAPE	S45
AJPaz	S46
Conferência de cidadãos Torres Vedras	S47
ES 3 Prof Dr Flávio Resende	S48
ACAPO e CNE, Lisboa	S49
Centro de Investigação em Educação Paulo Freire, Univ. Évora e Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do concelho de Évora	S50
Debate Auditório Reitoria Univ. Coimbra 22.6.2006	S51
CIVITAS Aveiro e Esc. Dr. Mário Sacramento Aveiro	S52
C.M. Portalegre	S53
Conselho Executivo da EB 2,3 Augusto Gil	S54

Centro de Formação de Basto e Esc. Profissional de Fermil, Celorico de Basto	S55
Escolas EB 2,3 Teixeira Lopes, EB 2,3 Escultor António Fernandes de Sá e EB 2,3 de Valadares	S56
Jornal Penafidense	S57
Agrupamento de Esc. de S. Teotónio	S58
Assembleia de Escola e Conselho Pedagógico da ES Campos Melo	S59
Grupo de EVT da EB 2,3 da Lousã	S60
Departamento de Línguas Estrangeiras do Agrupamento de escolas da Lousã	S61
Escola Básica Integrada de Midões	S62
Jornal de Albufeira workshop 1 (.ppt)	S63
Jornal Notícias de Albufeira workshop 2 (ficha síntese)	S64
CENFORMA – Centro de Formação de Montijo e Alcochete	S65
Departamento de Ciências Sociais e Humanas da ESAD	S66
Novas Oportunidades para Novos Públicos no Ensino Superior	S67
Conselho de Docentes do 1º Ciclo na EB 2,3 Paredes (Escola Sede Do Agrupamento Vertical de Paredes)	S68
Câmara Municipal de Seia / Biblioteca Municipal / Sindicato dos Professores da Zona Centro / Grupo de Professores	S69
FNAPEC (Federação Nacional das Associações de Pais das Esc. Católicas)	S70
Ciência, Investigação e Desenvolvimento Educativo, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	S71
Assembleia da República - Comissão de Educação, Ciência e Cultura	S72

AEEP	S73
Paredes de Coura 9 de Outubro	S74
Agrupamento de Escolas D. Domingos Jardo, Junta de Freguesia Mira-Sintra e Programa K' Cidade	S75
Educação das crianças dos 0 aos 12 anos. Estrutura e Organização da Educação de Infância e Básica (CNE)	S76
Conselho Nacional de Juventude, CNE, 2 de Dezembro de 2006, Santo Tirso	S77
Centro de Formação Associação de Escolas Beira Serra / CNE, Tábua	S78
Conselho Executivo, Assembleia de Escola e Conselho Pedagógico da ES Manuel Cargaleiro	S79
Conselho de Docentes do Pré-escolar – Agrupamento Vertical de Escolas D. Pedro I	S80
Grupo de Coordenação do 1º ciclo – Agrupamento Vertical de Escolas D. Pedro I	S81
Conselho de Docentes do 1º ano – Agrupamento Vertical de Escolas D. Pedro I	S82
Anespo – Associação Nacional do Ensino Profissional	S83
Fórum de Estudos de Educação Inclusiva	S84
Questões do Departamento de Ciências Sociais e Humanas - EB2,3 da Lousã	S85
Agrupamento Vertical de Escolas de Marinhas	S86
Núcleo de Assistência Psicológica e de Formação de Adultos (NAPFA)	S87
Conselho de Docentes do Departamento Científico – Agrupamento Vertical de Escolas D. Pedro I	S88
Centro de Ciências do Mar – Universidade do Algarve	S89
Síntese do seminário «Equidade na Educação: Prevenção de Riscos Educativos» no dia 16 de Novembro	S90
Núcleo de Física do Instituto Superior Técnico	S91

Motivação para C e T 8.11.2006	S92
Visões de Futuro para Aveiro	S93
Junta Metropolitana do Porto	S94
Centro de Estudos e Projectos em Educação de Infância (Univ. do Algarve) – Lagos	S95
CEPEI da Univ. do Algarve e CM Tavira	S96
O Processo de Bolonha nas Forças Armadas – Pretexto para uma reforma necessária?	S97
CNE e EUNEC – Competências Essenciais e Educação para Grupos Vulneráveis.	S98
Escola E.B 2,3 Castro Matoso	S99
Câmara Municipal de Odemira	S100
Câmara Municipal da Lousã / Sector de Educação	S101
Escola secundária de Sá da Bandeira – Santarém	S102
AEP – Associação Empresarial de Portugal	S103
Associação dos Professores de Desenho e Geometria Descritiva	S104
Seminário Fórum da Maia, 29.5.2006	S105
Seminário Educação, Ciência e Tecnologia, 31.5.2006 – Auditório do CNE	S106
Audição Pública de Teodora Cardoso, Leonor Beleza e José Barata-Moura	S107
Audição Pública de José Veiga Simão e Fernando Adão da Fonseca	S108
Audição Pública de João Proença e Manuel Carvalho da Silva	S109
Seminário sobre Governo e Gestão das Organizações Escolares	S110
Agrupamento de Escolas D. João II – Santarém	S111
Jornal “O Povo de Fafe”	S112
Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação – Univ. Minho	S113

Audição Pública de Jorge Sampaio e de António Barbosa de Melo	S114
Jornal Diário do Sul e pela Rádio Telefonía do Alentejo	S115
APROTED	S116
Instituto Superior Técnico	S117
Civitas Aveiro e Escola Secundária c/ 3ºCEB Dr. Mário Sacramento	S118
Escola Dr. Francisco Sanches Braga	S119
ISEC e CONFAP	S120

Depoimentos pessoais

Luís Carrilho	Dp1
Maria Aurora Vieira	Dp2
Jorge Manuel de Sá	Dp3
José Manuel Ribeirinho	Dp4
Adérito Sá Gomes	Dp5
José Silva dos Santos	Dp6
Maria Filomena Rua	Dp7
Teresa Patrício Gouveia	Dp8
Diogo Vasconcelos	Dp9
Manuela Silva	Dp10
Carmelinda Pereira	Dp11
Dalila D'Alte Rodrigues	Dp12
Paula Moura Pinheiro	Dp13
Roberto Carneiro	Dp14
Sérgio Machado Santos	Dp15
Teresa Vasconcelos	Dp16
Teresa Paixão	Dp17
João Freire	Dp18
Isabel Capeloa Gil	Dp19
Adriano Moreira	Dp20

Octávio Teixeira	Dp21
Lídia Jorge	Dp22
Veiga Simão	Dp23
Teresa Calçada	Dp24
David Rodrigues	Dp25
Leonor Moniz Pereira	Dp26
Luís Portela	Dp27
Henrique Neto	Dp28
José Epifânio da Franca	Dp29
Conceição Dinis	Dp30
Ruy d’Espiney	Dp31
Maria Teresa Leão	Dp32
José Dias Urbano	Dp33
José Ribeiro Dias	Dp34
António Barbosa de Melo	Dp35

Depoimentos institucionais

Sindicato de Professores da Zona Norte	Di1
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	Di2
Contributo da Comissão do Livro Escolar para o DNE	Di3
Câmara Municipal do Seixal	Di4
Centro de Formação de Professores de Pombal	Di5
CFAE Braga Sul	Di6
Associação Portuguesa de Professores de Biologia e Geologia	Di7
Agrupamento de Escolas de Góis	Di8
ESE Torres Novas	Di9
Encarregados de Educação dos Alunos do Colégio Vasco da Gama de Meleças	Di10

Fóruns

Título	1º post	Código
Educação e Cidadania (I)		
Multiculturalidade e sucesso	claracaldeira 22.5.2006	FI1
Liberdade de escolha	claracaldeira 22.5.2006	FI2
Diferentes formas de aprendizagem	claracaldeira 22.5.2006	FI3
Competências	claracaldeira 22.5.2006	FI4
Contributos da Educação Ambiental	JJMRP 6.6.2006	FI5
Educação e Cidadania	LMartins 6.6.2006	FI6
Os Pais participam na vida da Escola?	Anabela Almeida Saraiva 7.6.2006	FI7
O inglês e a ameaça à cidadania europeia	Luís Ladeira 14.6.2006	FI8
Educação Artística	ricreis 22.6.2006	FI9
Onde começa a educação para a cidadania?	Maria Goreti 16.8.2006	FI10
Um povo sem memória e sem alma! Não se levanta!	Lia 27.9.2006	FI11
Liberdade de escolha das escolas	Francisco Manuel 22.10.2006	FI12
Educar, instruir ou formar?	luis ricardo 31.10.2006	FI13
E a história?	luisbraga 6.11.2006	FI14
IDENTIDADES E DIFERENÇAS	luistronxo 8.11.2006	FI15
VENHA PARTICIPAR NO NOSSO BLOG	luistronxo 25.11.2006	FI16
A Educação para o Desenvolvimento Sustentável	ManuelGomes 30.11.2006	FI17
Ficheiro anexo ao 1º post, portanto, FI17.1		FI17.1a

Gestão das Escolas. Actores ou marionetas?	luisbraga 7.12.2006	FI18
Educação e Cidadania	teresadeca 21.12.2006	FI19
A prática da Educação Ambiental nas escolas	Luciafaria 14.2.2007	FI20

Qualidade e Equidade (II)

Competências para o século XXI	claracaldeira 22.5.2006	FII1
Aprendizagens básicas	claracaldeira 22.5.2006	FII2
Aprender mais e melhor	claracaldeira 22.5.2006	FII3
Êxito escolar e diversidade cultural	claracaldeira 22.5.2006	FII4
Abandono escolar	claracaldeira 22.5.2006	FII5
Qualidade e Equidade em Educação	Lmartins 6.6.2006	FII6
Educação Inclusiva	anamaria 12.6.2006	FII7
Turmas especiais	Luís Ladeira 18.7.2006	FII8
Se fosse só isso! Acertar equações?	Maria Goreti 14.8.2006	FII9
Comunicação	bruno.loff 14.8.2006	FII10
Comunicar é cada vez mais difícil	Maria Goreti 17.8.2006	FII11
Educação e Ética	jbarbo00 25.8.2006	FII12
Que qualidade?	Goreti Ferraz 1.10.2006	FII13
Falha no sistema dos 2º e 3º ciclos	Mário Loureiro 10.10.2006	FII14
A qualidade versus actores	Miguel Costa 18.10.2006	FII15
desistências???? Quem desiste	brito 25.10.2006	FII16
Reflectindo sobre a educação!	Rodrigo Trancoso 31.10.2006	FII17
Dignificar os professores, quando?	Maria Goreti 4.11.2006	FII18
Reflexões sobre a escola actual	Maria Goreti 4.11.2006	FII19
Igualdade de oportunidades na Educação	jmdiascoelho 5.11.2006	FII20

Qualidade em educação	Francisco Manuel 24.11.2006	FII21
Reflexão do grupo de CFQ	orosa 24.11.2006	FII22
aulas de substituição	NunoLion 24.11.2006	FII23
O ECD propõe-se substituir os pais pelos avôs(...)	netodays 4.12.2006	FII24
Acesso ao Ensino Superior	António Silvestre 12.12.2006	FII25
Qualidade e Equidade	teresadeca 21.12.2006	FII26

Escolas, Profs e outros profissionais (III)

Professores e encarregados de educação	claracaldeira 22.5.2006	FIII1
Autonomia	claracaldeira 22.5.2006	FIII2
Comunidades locais	claracaldeira 22.5.2006	FIII3
Organização escolar	claracaldeira 22.5.2006	FIII4
Formação inicial e formação contínua	claracaldeira 22.5.2006	FIII5
educador social	vanessaasc 31.5.2006	FIII6
Ocupação plena dos tempos escolares dos alunos	ruis 6.6.2006	FIII7
Organização escolar	Anabela Almeida Saraiva 11.6.2006	FIII8
Gestão escolar e democracia	luisbraga 15.6.2006	FIII9
Escolas, Professores e Outros Profissionais	Quiron 17.6.2006	FIII10
Histórias exemplares	Luís Ladeira 18.6.2006	FIII11
Escolha das Turmas	map 19.6.2006	FIII12
Gestão corporativa	luisbraga 21.6.2006	FIII13
Os Profissionais de Serviço Social nas Escolas	joanacambeiro 26.6.2006	FIII14
Escola Inclusiva	Francisco Cunha 4.7.2006	FIII15

crise da educação	jarib 4.7.2006	FIII16
Ainda sobre “O Homem Integral”...	antoniofigueiredo 31.7.2006	FIII17
Bibliotecas Escolares e Equipas Profissionais	mariajosevitorino 2.8.2006	FIII18
Ver para ler (n)as bibliotecas escolares	mariajosevitorino 3.8.2006	FIII19
Qual a arte mais sublime?	Maria Goreti 17.8.2006	FIII20
ECD	Maria Goreti 17.8.2006	FIII21
Formação contínua de professores	Ana Carneiro Martins 8.9.2006	FIII22
Visão oferece visão imparcial dos professores	Mito 26.9.2006	FIII23
O critério biológico	Manuel_dos_Reis 29.9.2006	FIII24
Trabalho 35h na escola, outras 8h em casa	Lia 7.10.2006	FIII25
Colocação de professores	Egídio Manuel Fialho Santos 11.10.2006	FIII26
Democracia em Demasia?	Luis ricardo 29.10.2006	FIII27
perguntas a responder porque isto é um debate	luisbraga 31.10.2006	FIII28
A Realidade da Educação	Orotiv 3.11.2006	FIII29
A motivação na ESCOLA	custodia 3.11.2006	FIII30
O absurdo do tema liderança aplicado à escola	luis ricardo 10.11.2006	FIII31
Grupos de recrutamento	almasi 19.11.2006	FIII32
Ser CFAE – Repetições	jdimarq 5.12.2006	FIII33
Reuniões, reuniões, reuniões, ...	luis ricardo 13.12.2006	FIII34
Respostas às perguntas da Area 3	Davide Dias 17.12.2006	FIII35
Escolas, Professores e Outros Profissionais	teresadeca 21.12.2006	FIII36

a importância dos pais na escola	mariohf	FIII37
ESCOLA, PROFESSORES. E REALIDADE NUA E CRUA	Vilela Marques 25.01.07	FIII38
Os professores não podem estudar	Luisbraga 14.2.2007	FIII39

ALV e desafios do emprego (IV)

Formação técnica e profissional	claracaldeira 22.5.2006	FIV1
Novos empregos, novos desafios	claracaldeira 22.5.2006	FIV2
Cooperação entre instituições	claracaldeira 22.5.2006	FIV3
Investimento em formação	claracaldeira 22.5.2006	FIV4
Contributo da Associação “O Direito de Aprender”	O Direito de Aprender 17.7.2006	FIV5
Aprendizagem ao Longo da Vida e Desafios do Emprego	antoniofigueiredo 24.7.2006	FIV6
Cursos profissionalizantes	rjlavado 16.12.2006	FIV7
Aprendizagem ao longo da vida	teresadeca 21.12.2006	FIV8

Ciência, Investigação e Desenvolvimento Educativo (V)

Qualidade no ensino superior	claracaldeira 22.5.2006	FV1
Bolonha e novos paradigmas	claracaldeira 22.5.2006	FV2
Novos públicos da educação	claracaldeira 22.5.2006	FV3
Formação científica e técnica	claracaldeira 22.5.2006	FV4
Conhecimento e desenvolvimento	claracaldeira 22.5.2006	FV5
Ciência, Investigação e Desenvolvimento Educativo	michelesato 15.6.2006	FV6
Educação Ambiental	Teresa 23.8.2006	FV7
Área de Projecto	Maria Goreti 24.8.2006	FV8
Objecto, objectivos, metodologia, método,...	luis ricardo 30.10.2006	FV9
Estudar a Escola – Perspectiva de um Estudante/Pro	luis ricardo 31.10.2006	FV10
Nas dissertações, nós ou eu?	luis ricardo 31.10.2006	FV11

Metas e medidas prioritárias (VI)

Medidas	claracaldeira 22.5.2006	FVI1
Metas	claracaldeira 22.5.2006	FVI2
Medidas e Metas para a Educação	Margarida Pires 9.6.2006	FVI3
bem ler, escrever e contar, primeiro	Maria Goreti 13.8.2006	FVI4
Até ao 9º ano	Maria Goreti 2.9.2006	FVI5
ciências e esforço	Maria Goreti 5.9.2006	FVI6
formação de professores	Maria Goreti 8.9.2006	FVI7
Os alunos não sabem a História do seu país!	Lia 15.9.2006	FVI8
Primeiro ciclo	Margarida Pires 20.9.2006	FVI9
Forum	Margarida Pires 20.9.2006	FVI10
Algumas medidas básicas	Quiron 11.10.2006	FVI11
Formação de professores de línguas	Maria Goreti 17.10.2006	FVI12
Prestígio da função docente	macsacra 27.10.2006	FVI13
Avaliação de desempenho docente – uma caricatura	luis ricardo 31.10.2006	FVI14
PEE, um treino em inutilidade?	luis ricardo 31.10.2006	FVI15
Propostas “politicamente incorrectas”!	rodrigotrancoso 31.10.2006	FVI16
faltas de alunos	1111 3.11.2006	FVI17
Aulas de substituição e outros	Maria Goreti 4.11.2006	FVI18
A única solução	Rotciv 24.11.2006	FVI19
Reformas sem critério	NunoLion 24.11.2006	FVI20
Avaliação	NunoLion 24.11.2006	FVI21
A responsabilidade da aprendizagem	siul 24.11.2006	FVI22
Olhar para o passado	JPFerreira 29.11.2006	FVI23
A Educação é um Pilar para um novo conceito de sob	Francisco Cunha 15.12.2006	FVI24

Medidas e Metas	teresadeca 21.12.2006	FVI25
12º ano sim, mas...	luis ricardo 30.12.2006	FVI26
A Integração dos prof surdos profundos	Manuel de Oliveira 15.1.2007	FVI27
Para que serve a educação?	AMAlves 16.1.2007	FVI28
Pela educação	Sérgio Costa 24.1.2007	FVI29
Articulação entre alguns serviços do ME	Custodia 20.2.2007	FVI30

Estudos

The economics of knowledge...	Andreas Schleicher	E1
OECD Economic Surveys Portugal 2006	OECD	E2
A educ. de infância: propostas de reflexão para um DNE	Teresa Vasconcelos	E3
A educ. em Portugal (1986-2006)...	Licínio Lima <i>et al.</i>	E4
LBSE 86-06 Linhas para uma revisão da Lei	José Matias	E5

Biblioteca (documentos de suporte)

DNE Como vamos melhorar a educ. nos próximos anos?	CNE	B1
Resolución aprobada por la Asamblea General	Naciones Unidas	B2
Relatório do Desenvolvimento Humano (resumo)	PNUD	B3
Plano Tecnológico	XVII Governo Constitucional	B4
Apresentação DNE – AR 22.5.2006	Júlio Pedrosa	B5
DNE – AR 22.5.2006	António Nóvoa	B6
LBSE 46/86	DR	B7

Lei nº 115/97	DR	B8
Lei nº 49/2005	DR	B9

Documentos Temáticos

Tornar o espaço europeu de ALV uma realidade	Comissão Europeia	T1
Realização das estratégias de EFLV na Europa...	Comissão Europeia	T2
Memorando sobre ALV	Comissão das Comunidades Europeias	T3
Recomendação do PE e do Conselho sobre as compet. ...	União Europeia	T4
ALV Documentos acessíveis na web	CNE	T5



Debate Nacional sobre
Educação

Conselho Nacional de Educação

Rua Florbela Espanca

1700-195 Lisboa
Portugal

www.cnedu.com

cne.doc@cne.min-edu.pt

tel.: + 351 21 793 52 45

fax: + 351 21 797 90 93